

Os Custos de um Projecto Utópico: O Contributo de João Ferreira do Amaral

Ricardo Paes Mamede*
João Rodrigues**

O Tratado da União Europeia constituiu, no domínio económico, um verdadeiro golpe de Estado, ao impor concepções e instituições ultra-liberais aos cidadãos europeus apanhados desprevenidos. E, nem o facto deste golpe ter sido depois legitimado pelas ratificações parlamentares e por alguns referendos, pode esconder a realidade do erro histórico que se cometeu, só possível devido ao défice democrático na Europa. A parte económica do Tratado constituirá uma amarga experiência para os europeus que constatarão mais uma vez, à sua custa, que subordinar a concertação de interesses nacionais às abstrações ideológicas é a via mais rápida para o desastre.

O euro não auxilia a maioria dos Estados europeus a adaptarem-se à globalização, até os prejudica. Isso sucede porque não é possível uma mesma moeda contemplar os interesses de Estados tão diversos. O euro também não serve Portugal, pois não só agravou a actual crise, como torna muito mais difícil ultrapassá-la. Devemos pois abandonar este projecto utópico.

* ISCTE-IUL e Dinâmia'CET

** CES

Dezassete anos separam estas duas reflexões de João Ferreira do Amaral – Amaral (1995: 117) e Amaral (2012: 50), respectivamente – sobre a natureza da integração europeia após Maastricht, ilustrando alguns dos elementos centrais e constantes de um presciente trabalho crítico, que sempre desafiou a sabedoria convencional nestas matérias e em relação ao qual acumulámos uma imensa dívida intelectual. Neste artigo, pretendemos assinalar os principais contributos intelectuais de João Ferreira do Amaral, tentando, em simultâneo prolongar a sua reflexão crítica sobre a política económica e a economia política da europeização de Portugal e os seus impactos negativos numa economia tornada cada vez mais periférica economicamente e dependente politicamente pelo esforço para instituir uma rematada utopia monetária. Na sua esteira, argumentaremos que o espectro do desenvolvimento do subdesenvolvimento, também por via de uma prevista destruição do modelo social europeu (Amaral, 1995, 1998), e a perda total de soberania são as duas faces desta moeda única.

As ideias e os Estados contam

Tal como John Maynard Keynes ([1936] 2010: 364), João Ferreira do Amaral sempre valorizou o impacto do “gradual entranhamento das ideias” e a importância decisiva da sua inscrição em arranjos institucionais. Tal foi claramente o caso da inscrição no Tratado da União Europeia das hipóteses centrais em matéria política económica desse feixe de ideias que se designa por neoliberalismo – do monetarismo à nova economia clássica. Ao mesmo tempo, João Ferreira do Amaral sempre viu o perigo de se ignorar e apoucar, à escala supranacional, a diversidade de interesses nacionais e os mecanismos mais adequadas para a sua formação e expressão – a vontade democrática soberana dos povos. A sua crítica “autonomista” ao “centralismo europeu” articula-se com a sua visão keynesiana sobre o papel da política económica na pilotagem das economias e sobre a impossibilidade institucional de os Estados con-

tinuarem a desempenhar este papel na Zona Euro (Amaral, 2002). Vejamos então mais concretamente como estas duas dimensões de política económica e de economia política se articulam na sua crítica.

Em linha com a crença na eficiência dos mercados e na racionalidade dos agentes que os povoam, Maastricht “constitucionalizou” a ideia de que a política monetária da futura Zona Euro devia estar exclusivamente orientada para uma estabilidade de preços com um viés claramente deflacionário, estando esta tarefa acometida a um Banco Central totalmente independente do poder político. Para lá da estreiteza do mandato, que fez com que se ignorasse o impacto da política monetária e cambial no crescimento e no emprego, o papel do Banco Central no combate à instabilidade financeira criada por mercados financeiros entretanto liberalizados ou a desadequação de um mesmo regime monetário para países com situações estrutural e conjunturalmente tão diversas em matéria de inflação, Ferreira do Amaral sempre enfatizou uma questão de economia política da maior importância: “atribuir independência aos bancos centrais constitui uma forma antidemocrática de organizar o poder”, que “equivale a dar grande parte desse poder aos bancos e outras instituições financeiras” (Amaral, 1995: 18-19). O crescimento do poder político do sector financeiro é precisamente uma das dimensões mais relevantes da hegemonia do neoliberalismo (Duménil e Levy, 2011).

Neste contexto, foi absolutamente coerente do ponto de vista ideológico, mas desastroso do ponto de vista económico, ter-se cortado o elo histórico entre o Banco Central e o Tesouro, proibindo o financiamento monetário dos défices públicos dos Estados nacionais ou de uma entidade equivalente à escala da Zona Euro, de qualquer forma inexistente, situação que obriga os Estados a financiarem-se “no mercado como qualquer agente privado” (Amaral, 2009: 84). Este foi um dos poderosos mecanismos, como a crise actual demonstra, para subordinar os Estados, em especial os mais débeis, às prioridades dos mercados ou das instituições internacionais, públicas e privadas, que agem em seu nome – a começar nas agências de notação e a acabar no BCE e no FMI –, sem escrutínio democrático,

retirando aos poderes públicos nacionais toda a margem de manobra para soberanamente pilotarem a economia para fora de uma crise que assim se perpetua. Este ponto também tem sido enfatizado por De Grauwe (2011): os Estados da Zona Euro, precisamente por se endividarem numa moeda sobre a qual não têm controlo, são obrigados a adoptar contraproducentes políticas de austeridade para fazer face à subida das taxas de juro, exigidas pelos mercados, em situações em que os défices crescem devido à crise, rapidamente engendrando o espectro da insolvência. Pelo contrário, os Estados desenvolvidos, monetariamente soberanos e que estão endividados na sua própria moeda, têm um controlo sobre a taxa de juro, têm acesso a financiamento por parte do seu Banco Central e por isso nunca arriscam uma situação de insolvência, tendo a capacidade de estabilizar as voláteis expectativas dos operadores de mercado.

No decisivo campo orçamental, instituíram-se adicionalmente um conjunto de regras europeias estritas para o défice e a dívida públicos, variáveis endógenas, logo altamente dependentes do ciclo económico. O Pacto de Estabilidade e Crescimento complementou politicamente o colete-de-forças criado pelo domínio dos mercados financeiros. Também aqui, como repetidamente sublinhou João Ferreira do Amaral em dezenas de intervenções, estamos perante a hegemonia de ideias anti-keynesianas no campo da política económica, segundo as quais a política orçamental deve estar limitada na sua capacidade de estabilização contra-cíclica, de combate ao desemprego em tempos de crise, seguindo a desacreditada, mas influente ideia, de que o desemprego tem origem na “rigidez do mercado de trabalho” e não nos défices de procura criados pela instabilidade de um sistema capitalista com cada vez menos freios.

As limitações nos interrelacionados campos monetário e orçamental complementam-se com a originalidade de a União Europeia, em geral, e a Zona Euro, em particular, estarem muito mal preparadas para fazer face aos fenómenos do desenvolvimento desigual, da polarização entre regiões e Estados e das crises assimétricas que daí resultam. Um orçamento europeu residual, representando menos de 1% do PIB da área, obrigatoriamente equilibrado, é a enésima

expressão da confiança nos equilíbrios de mercado e da subestimação dos fenómenos de causalidade cumulativa, de desequilíbrio, associados à acção das forças de mercado. Esta insuficiência institucional viola uma das condições políticas fixadas para a existência de uma zona monetária óptima, quadro teórico que João Ferreira do Amaral frequentemente mobilizou para criticar do ponto de vista económico a União Económica e Monetária (Amaral, 2010).

No entanto, este quadro teórico sempre foi complementado com uma atenção especial à especificidade dos processos políticos e das condições “histórico-culturais” que fizeram e fazem dos Estados que compõem a Zona Euro realidades profundamente diversas do ponto de vista cultural e institucional, o que tem óbvios impactos económicos (Amaral, 1997, 2010). De resto, esta referência é decisiva para compreender o fracasso económico da Zona Euro. Se seguirmos Goodhart (1998), a moeda é historicamente um produto de um poder político sobre um dado território e uma dada população, onde se incluem as capacidades associadas de taxar e de emitir dívida. Não há moeda única sem Estado único, em suma, com todas as funções associadas a um Estado. Isto quer dizer que historicamente não foram as forças de mercado que fixaram as condições para uma unificação monetária, mas sim as forças políticas e sociais, até porque os próprios mercados e todos seus elementos definidores, incluindo a moeda, são também construções políticas e dependem da capacidade de estabilização estatal.

O processo de construção do euro ignorou a experiência histórica em nome de um projeto duplamente utópico, hegemonizado pelos neoliberais, e que suscitou a adesão de sectores federalistas não necessariamente associados ao neoliberalismo.

Dizemos não necessariamente associados porque, por um lado, houve de facto sectores da esquerda social-democrata que pensaram genuinamente que as condições de Maastricht seriam um preço temporário a pagar para recuperar mais tarde, à escala europeia, todos os instrumentos estatais de controlo das forças de mercado que, devido à globalização, teriam supostamente perdido a sua eficácia à escala nacional; mas, por outro lado, os elementos federais associa-

dos ao Euro e à União Europeia na sua forma presente estão, na sua incompletude e assimetria, próximos das condições políticas ideais fixadas, por exemplo, por Hayek (1948) no seu modelo de federalismo, para gerar todos os vieses neoliberais: unificação monetária, instituições políticas europeias devotadas à construção de mercados, acompanhada de descentralização fiscal e social, o que permite, graças às liberdades económicas de que beneficiaram sobretudo certas fracções do capital, criar uma pressão permanente sobre as unidades políticas integrantes nas áreas fiscais, sociais e laborais.

Este projeto é duplamente utópico. Por um lado, a arquitetura neoliberal revela-se insustentável socioeconomicamente, gerando crises, desemprego de massas e desigualdades. Por outro lado, revelou-se, só de forma aparentemente paradoxal, como um obstáculo político ao processo de correcção ‘por cima’ das assimetrias neoliberais. Numa área como a União Europeia, que já é mais desigual no seu conjunto do que os EUA, criou-se, em especial na Zona Euro, uma fractura económico-financeira que dificulta acordos entre os Estados que a compõem. No entanto, se bem que amputados de elementos centrais da sua soberania, os Estados continuam a ser o reduto fundamental de formação das identidades políticas.

Vários mecanismos e forças trabalharam então para a geração e consolidação de uma divisão entre países do centro com *superávits* permanentes na sua balança corrente a que tinham de corresponder, dadas as relações equilibradas com o exterior da Zona Euro, países da periferia” com défices estruturais. A integração monetária, com a desapareção do risco cambial e a liberalização financeira associada, favoreceu e alimentou o correspondente afluxo de capitais do centro para a periferia, sob a forma de financiamento essencialmente privado e intermediado pelos bancos. A recente crise financeira haveria de revelar os custos que as periferias europeias teriam de pagar por terem abdicado da capacidade de controlar as suas economias, assim imitando, em novos e mais intensos moldes, o padrão de que tantos países em vias de desenvolvimento já tinham sido vítimas: liberalização financeira, afluxos de capitais, bolhas especulativas oleadas por um endividamento numa moeda que não se controla, cons-

tante sobreapreciação cambial, crise, problemas de financiamento e programas de ajustamento estrutural e de austeridade permanente. Estes programas são típicos do fracassado Consenso de Washington e são impostos pelos credores, assentando numa intensa e penosa desvalorização dos ativos e dos salários directos e indirectos das regiões da periferia. Este contexto é ideal para envenenar em definitivo as relações entre Estados no quadro da Zona Euro e da União Europeia.

O centralismo do euro, expressão no decisivo campo monetário do problema mais geral da propensão para o “centralismo europeu”, segundo o qual a crise é sempre uma oportunidade, denunciado por Amaral (2002), mina hoje a própria ideia de integração europeia: “Quando nasceu o euro foi apresentado, com pompa e circunstância, como sendo uma moeda para a Europa. A verdade é que dificilmente conseguiremos encontrar uma Europa para este euro” (Amaral, 2010: 103). A este centralismo, Ferreira do Amaral opôs o “autonomismo”, segundo a qual os processos políticos de integração supranacional devem servir para aumentar a margem de manobra dos Estados nacionais num contexto de maior interdependência criada pela globalização (Amaral, 2002). Se há área onde esta questão se manifesta de forma crucial é no campo monetário e cambial. De facto, o ajustamento cambial, no quadro de um sistema monetário europeu de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, permitiria debelar com relativa facilidade os desequilíbrios na balança corrente – que, nessas circunstâncias, nunca teriam assumido as proporções actuais – evitando aumentos tão brutais do desemprego, quedas tão grandes dos salários, directos e indirectos (por via da compressão do Estado social) e fenómenos de insolvência tão generalizada entre os privados, mas também ao nível de Estados institucionalmente reduzidos a esse estatuto (Amaral, 2012). Desde a adesão ao euro a economia portuguesa viu o seu desemprego quase quadruplicar. Este é um dos mais expressivos indicadores do custo da utopia neoliberal.

Por detrás da crise financeira, a crise estrutural

Em Portugal domina ainda a tese segundo qual a crise em que nos encontramos se deve à prossecução de políticas públicas e decisões privadas financeiramente insustentáveis. Estes factores teriam estado na base da crescente relutância dos investidores privados em adquirir títulos de dívida nacionais. O esgotamento das fontes externas de financiamento – num contexto em que Estado, empresas e famílias se encontram fortemente endividados – teria como consequência o inevitável recurso ao auxílio financeiro de instituições internacionais, acompanhado das habituais condicionalidades.

Em consonância com a tese acima exposta, o programa de ajustamento que tem vindo a ser implementado desde 2011 pressupõe que a economia portuguesa padece de um problema eminentemente financeiro. O objectivo do ajustamento centra-se, por conseguinte, no reequilíbrio das contas públicas, a obter através da redução de custos e do aumento das receitas, acompanhado de um ajustamento dos balanços dos agentes privados. Daqui decorre uma inevitável contracção da actividade económica e do emprego, com custos sociais avultados. No entanto, assume-se que as medidas de consolidação orçamental, associadas à desinflação salarial induzida por um desemprego elevado e prolongado, permitirão recolocar a economia portuguesa numa trajectória de crescimento e criação de emprego. Neste contexto, a reforma das leis laborais é apresentada como contribuindo para acelerar a recuperação económica, ao tornar o investimento mais atractivo através da redução dos custos (efectivos e potenciais).

Nas suas intervenções públicas, João Ferreira do Amaral questiona recorrentemente a ideia de que o problema fundamental da economia portuguesa tem uma origem eminentemente financeira. Entre os factores determinantes das dificuldades actuais encontram-se debilidades estruturais no perfil de especialização da economia portuguesa, alguns dos quais decorrem do próprio processo de integração europeia. A combinação das debilidades estruturais da economia portuguesa com a condução das políticas económicas

a nível europeu – incluindo aqui a política monetária e cambial na zona euro, mas também a política comercial comum e a doutrina que rege a política de concorrência no mercado único europeu – contribuiu decisivamente para o avolumar dos desequilíbrios externos da economia portuguesa.

A relação entre as debilidades estruturais da economia portuguesa, o processo de integração europeia e os desequilíbrios externos que se foram avolumando é enfatizada por João Ferreira do Amaral com a referência ao aumento do peso dos sectores não-transaccionáveis na economia portuguesa, à custa de sectores como a agricultura e a indústria transformadora (e.g., Amaral, 2006). Entre 1985 e 2011, o peso destes dois sectores no VAB caiu para menos de metade, de 32% para 15%¹. Nesta quebra da produção de sectores produtores de bens transaccionáveis encontra-se um elemento incontornável para a explicação dos desequilíbrios macroeconómicos, que estão na base dos actuais problemas financeiros.

Importa reconhecer que a diminuição do peso dos sectores primário e secundário na economia não é um fenómeno exclusivamente português, constituindo um aspecto característico da evolução das economias avançadas nas últimas décadas. Vários factores contribuem para esta tendência de terciarização. Por um lado, os sectores de serviços revelam tipicamente elasticidades procura-rendimento mais elevadas, o que significa que a diminuição do peso da agricultura e da indústria decorre do próprio crescimento dos rendimentos reais. Também o crescente peso da informação e do conhecimento enquanto factores de produção, associado à emergência de actividades dedicadas à prestação de serviços intensivos na utilização destes factores, resultam na canalização de uma maior parcela do valor acrescentado para actividades de serviços. Por outro lado, a globalização da produção nas últimas décadas traduziu-se numa crescente deslocalização de capacidade produtiva de alguns segmentos da indústria transformadora para economias emergentes, com a conseqüente contração da actividade industrial

¹ Fonte: base de dados AMECO.

correspondente nas economias mais avançadas. Finalmente, a liberalização dos movimentos internacionais de capitais e a desregulação dos sistemas financeiros conduziram a um forte crescimento do peso da finança na economia, absorvendo uma parcela crescente do investimento e do valor acrescentado. Como resultado destas várias tendências, o peso da agricultura e da indústria transformadora tem vindo a reduzir-se na generalidade das economias avançadas, em benefício das actividades de serviços – nomeadamente, de alguns segmentos de serviços intensivos em informação e conhecimento (parte dos quais passíveis de internacionalização) e, em particular, dos serviços financeiros.

No entanto, embora a tendência de terciarização seja comum à generalidade das economias avançadas, a quebra da produção agrícola e industrial, bem como o crescimento do sector financeiro e de outras actividades produtoras de bens e serviços não-transaccionáveis, foram particularmente acentuados no caso da economia portuguesa, após a adesão de Portugal à CEE.

Para compreender esta especificidade da evolução estrutural da economia portuguesa importa ter presente o perfil de especialização da indústria doméstica. No momento da adesão à CEE, o tecido industrial português caracterizava-se por um forte peso de actividades de baixo valor acrescentado e baixa intensidade tecnológica. O processo de industrialização do país havia sido impulsionado desde a década de 1960 por sucessivas vagas de investimento directo estrangeiro (IDE), o qual assentou em – e contribuiu para aprofundar – esse perfil de especialização. Num primeiro momento, a adesão de Portugal à CEE e a perspectiva de criação de um mercado interno unificado tornaram a tradição industrial portuguesa (e os baixos salários associados) particularmente atractivos para alguns investidores internacionais. Porém, o rápido avanço da globalização da produção – impulsionada pelos acordos internacionais de liberalização do comércio e do investimento a que a UE aderiu, bem como por avanços nas tecnologias de informação e de transportes – foi tornando cada vez mais difícil afirmar a competitividade da economia portuguesa com base em baixos custos da mão-de-obra.

Simultaneamente, a preparação da União Económica e Monetária iniciada nos finais da década de 1980 – assente na prioridade atribuída à estabilização cambial no seio da UE – favoreceu uma valorização do escudo em termos reais face às moedas dos principais parceiros comerciais, dificultando ainda mais a competitividade dos sectores tradicionais da indústria portuguesa.

As crescentes dificuldades em competir com base no preço podiam ter funcionado como um incentivo à reorientação do perfil de especialização da economia portuguesa no sentido do reforço de sectores de maior valor acrescentado. No entanto, esta via de reestruturação deparou-se com dois tipos de obstáculos

O primeiro obstáculo à reestruturação da economia portuguesa prende-se como a indisponibilidade de recursos qualificados adequados a um rápido desenvolvimento de sectores mais avançados. Como é sobejamente conhecido, Portugal apresenta dos mais baixos níveis de educação no conjunto dos países desenvolvidos. Quando Portugal aderiu à CEE a proporção de adultos em idade activa que haviam concluído o ensino secundário era inferior a 20% (quando a média europeia era já próxima de 60%). Nas últimas décadas, registou-se uma melhoria significativa destes valores, fruto do esforço realizado no país na qualificação de pessoas. Não obstante, os factores que determinam os reduzidos níveis de investimento em qualificações raramente se invertem em poucos anos. De forma geral, o aumento dos níveis de qualificações faz-se fundamentalmente por via da renovação geracional – sendo os impactos deste mecanismo de mudança retardados pela persistência de elevados níveis de abandono escolar precoce. Assim se explica que, apesar dos progressos, não tenha sido possível nos últimos 25 anos eliminar o atraso português ao nível das qualificações (até porque os níveis médios europeus continuaram a aumentar). As consequências das baixas qualificações fazem sentir-se a vários níveis, seja nos entraves ao progresso social como no reduzido potencial de crescimento económico.

Um segundo obstáculo à transformação estrutural da economia portuguesa prende-se com os incentivos entretanto criados ao

desenvolvimento de outro tipo de actividades económicas. Com efeito, a associação do escudo a uma moeda forte foi concomitante a dois outros desenvolvimentos relevantes neste contexto: o programa de privatizações (que se desenvolveu a partir de 1990) e a redução acentuada das taxas de juro reais (a partir de meados dessa década).

O programa de privatizações viria a revelar-se favorável ao aumento do peso de sectores não-transaccionáveis na economia portuguesa. Por um lado, a estratégia de privatizações assentou na criação de condições para emergência de um sector financeiro privado fortalecido, visto como essencial para o sucesso das privatizações subsequentes de empresas não-financeiras e para o desenvolvimento do mercado de capitais doméstico. Assim, até 1993 a quase totalidade dos bancos detidos pelo Estado (que em 1989 representavam 80% do sector) foi privatizada. Concomitantemente, no contexto da criação do mercado interno de capitais, o sistema financeiro foi liberalizado, tal como o movimento de capitais no espaço europeu, atraindo o investimento de empresas financeiras estrangeiras no mercado português. Estas alterações facilitaram também o acesso da banca portuguesa aos mercados internacionais de capitais e favoreceram a diversificação dos produtos financeiros oferecidos pelos grupos bancários. O resultado imediato foi uma forte expansão do sector financeiro em Portugal (por exemplo, entre 1985 e 1995 o número de bancos a actuar em Portugal passou de 22 para 47) e da oferta de crédito e de outros produtos financeiros na economia portuguesa.

Após a crise de 1992-1993, já com diversos grupos financeiros privados (re)constituídos e o acesso aos mercados internacionais de capitais assegurado, o processo de privatizações verificou um novo impulso. A aceleração do processo de privatizações está também ela associada à opção do governo português de participar na União Monetária Europeia desde o seu início: as receitas das privatizações foram vistas como essenciais para o cumprimento dos critérios de Maastricht, nomeadamente os que respeitam aos rácios da dívida pública e do défice orçamental sobre o PIB.

Simultaneamente, vários factores contribuíam para um crescente envolvimento das famílias e das empresas portuguesas nas privatizações em curso, bem como nas transacções de activos financeiros e no recurso ao crédito e a outros produtos financeiros. Desde logo, a atribuição da prioridade política ao desenvolvimento do mercado de capitais em Portugal traduziu-se, entre outras medidas, na criação de condições especiais para a participação de pequenos investidores individuais nos processos de privatizações – no que à época se designou por ‘capitalismo popular’. A descida acentuada das taxas de juro reais a partir de 1994 – fruto da prioridade atribuída à convergência nominal no quadro da preparação da UEM, da liberalização dos movimentos de capitais e da desregulação do sistema financeiro – tornou ainda mais atractiva a participação dos pequenos investidores (incluindo famílias e empresas) nas privatizações de empresas públicas e, de forma geral, no investimento em activos financeiros.

Tendo em conta que grande parte das empresas a privatizar actuava em sectores fortemente regulados (em domínios como a energia, as telecomunicações e os transportes), o sucesso das privatizações passava também por assegurar condições atractivas de rentabilidade para os investidores através da regulação dos mercados de produtos. A conjugação dos vários factores acima referidos – a recomposição dos grupos financeiros privados nacionais, a facilidade de acesso aos mercados de capitais internacionais, o forte dinamismo do mercado bolsista doméstico (impulsionado por incentivos específicos e pelo afluxo massivo de capitais estrangeiros) e as condições regulatórias favoráveis proporcionadas às empresas em processo de privatização – ajudaram à canalização crescente de recursos nacionais para os sectores que foram sendo alvo de privatização. Na larga maioria dos casos, tratava-se de sectores cuja actividade estava fortemente orientada para o mercado interno, repercutindo-se assim no aumento da importância das actividades não-transaccionáveis na economia portuguesa.

No sentido inverso, a prioridade atribuída à estabilidade cambial, num contexto em que o forte afluxo de capitais à economia por-

tuguesa se traduzia em pressões inflacionistas acentuadas, resultavam na perda de competitividade dos sectores domésticos mais expostos à concorrência internacional.

Como resultado das dinâmicas referidas e dos incentivos criados, a descida acentuada das taxas de juro reais a partir de 1994 reflectiu-se num aumento do consumo e do investimento (público e privado) dirigidos de forma desproporcionada a sectores de produtos não-transacionáveis – serviços financeiros, transportes, energia, telecomunicações, construção, comércio e distribuição – em prejuízo do investimento em sectores produtores de bens transacionáveis.

No período subsequente à criação do euro, os sectores tradicionais da indústria transformadora portuguesa viriam a confrontar-se com três choques significativos adicionais: os acordos comerciais entre a UE e a China (no contexto da adesão deste país à Organização Mundial do Comércio), o alargamento da UE a Leste e a forte apreciação do euro face ao dólar entre 2001 e 2008. Os dois primeiros eventos vieram aumentar significativamente a exposição da indústria portuguesa à concorrência externa, enquanto a apreciação do euro face ao dólar deteriorou ainda mais a competitividade-preço das exportações nacionais. Neste contexto, a posição periférica da economia portuguesa face aos principais mercados da UE tornou-se ainda mais marcante (reflectindo-se, nomeadamente, na crescente perda de atractividade de IDE face aos países do alargamento). Como resultado, o peso da indústria portuguesa no VAB regrediu de 18% em 1999 para 14% em 2007, acentuando a trajetória de desindustrialização que se fazia sentir desde meados da década de 1980 (em 1985 a indústria transformadora representava 22% do PIB).

Tendo em conta as fragilidades estruturais e os desenvolvimentos internacionais mencionados, a tese de que a situação em que Portugal hoje se encontra decorre das más decisões tomadas internamente, no quadro das regras e instituições europeias vigentes, carece de fundamento. Dificilmente se poderá defender que a economia portuguesa estava em condições de se ajustar sem grandes dificuldades – no quadro dos instrumentos de política económica

disponíveis – ao processo de construção da moeda única (implicando um processo prolongado de apreciação cambial real e a redução abrupta das taxas de câmbio), à gestão da política monetária no quadro do euro (que atribui prioridade absoluta ao controlo da inflação e descarta a evolução cambial), aos acordos internacionais sobre comércio externo e ao alargamento da UE a Leste (cujos benefícios e custos estão assimetricamente distribuídos entre Estados Membros).

As debilidades estruturais da economia portuguesa (as baixas qualificações, o reduzido peso dos sectores produtores de bens e serviços transacionáveis, a especialização em indústrias de baixo valor acrescentado e pouco intensivas em conhecimento, a posição geográfica desfavorável face a economias mais próximas do centro económico europeu) continuam a fazer-se sentir – e continuarão a limitar a capacidade de ajustamento da economia doméstica à evolução do contexto internacional. No actual arranjo institucional da zona euro e da UE a desvalorização salarial e fiscal o que resta são instrumentos de ajustamento regressivos e recessivos. Por isso é urgente pensar em alterar este arranjo.

Conclusão

João Ferreira do Amaral continua a ser uma das poucas vozes lúcidas a alertar para as consequências desastrosas dos actuais arranjos europeus em termos de justiça social, de modelo de desenvolvimento e até de sustentabilidade financeira do Estado e dos agentes privados. A forma desassombrosa como aborda a necessidade de encontrar alternativas à situação actual continuará a marcar o debate em Portugal sobre o nosso futuro – mesmo quando não se partilha todas as propostas concretas que apresenta. Ainda bem que assim é.

Bibliografia

- Amaral, João Ferreira do (1995), "O Tratado da União Europeia, as instituições e a política económica", *Política Internacional*, 1: 11, 111-117.
- Amaral, João Ferreira do (1996), *Política Económica – Metodologia, Concepções e Instrumentos de Actuação*, Lisboa: Cosmos.
- Amaral, João Ferreira do Amaral (1998), "Maastricht: Um Tratado contra o Modelo Social", *Notas Económicas*, 10, 33-35.
- Amaral, João Ferreira do (1997), "O impasse da Europa: o esgotamento do Zollverein", *Novas Fronteiras da União Económica e Monetária*, 1, 7-10.
- Amaral, João Ferreira do (2002), *Contra o Centralismo Europeu – Um Manifesto Autonomista*, Lisboa: Grifo.
- Amaral, João Ferreira do (2006), "O Impacto Económico da Integração de Portugal na Europa", *Nação & Defesa*, 115, 113-128.
- Amaral, João Ferreira do (2009), "As instituições, o neoliberalismo e a crise", *Revista de Opinião Socialista*, 1-4, 83-89.
- Amaral, João Ferreira do (2010), "Euro: Um Futuro Incerto", *Relações Internacionais*, 27, 93-103.
- Amaral, João Ferreira do (2012), "Moeda Única: O custo de uma utopia", *XXI: Ter Opinião*, 2, 50-58.
- De Grauwe, P. (2011), "The Governance of a Fragile Eurozone", *Centre for European Policy Studies, working document*, 346, Maio.
- Duménil, Gérard e Dominique Lévy (2011), *The Crisis of Neoliberalism*, Harvard: Harvard University Press.
- Goodhart, Charles (1998), "The two concepts of money: implications for the analysis of optimal currency areas", *European Journal of Political Economy*, 14: 3, 407-432.
- Hayek, Friedrich (1948), "The Economic Conditions of Interstate Federalism", in *Individualism and Economic Order*, Chicago: The University of Chicago Press, 255-272.
- Keynes, John Maynard [1936] (2010), *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, Lisboa: Relógio D'Água.